



CLIPPING INTERNET
20/08/2019 ATÉ 20/08/2019

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG ABEL CARVALHO.....	1
2	CEMULHER	
	2.1 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	2
3	CONVÊNIOS	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	4
	4.2 BLOG DANIEL MATOS.....	5
	4.3 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	6
	4.4 BLOG DO NETO FERREIRA	7
	4.5 BLOG GILBERTO LEDA.....	8
	4.6 BLOG PÁGINA 2.....	9
	4.7 SITE MARANHÃO HOJE.....	10
	4.8 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	11
	4.9 SITE SUA CIDADE.....	12
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG DO LINHARES.....	13
	5.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	14
	5.3 BLOG MAIOBÃO TV.....	15
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 BLOG CESAR BELO.....	16
	6.2 BLOG DIEGO EMIR.....	17
	6.3 BLOG MARAMAIS.....	18
	6.4 SITE G7 MARANHÃO.....	19
7	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	7.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	20

Presidente da câmara de vereadores de Bacabal, Manuel da Concórdia, cumpre extensa agenda de compromissos

Assecom câmara - O presidente da câmara municipal de Bacabal tem cumprido uma extensa agendas de compromissos na condição de comandante do poder lergislativo bacabalense, mudando a rotina do cargo e dando maior visibilidade e uma dimensão ainda não experimentada pelo Poder. Esta semana está sendo aberta hoje, 19, segunda-feira, pelo vereador Manuel da Concórdia (Podemos) com a sua participação, no Fórum Juiz Deusimar Freitas de Carvalho, de uma reunião com empresários e representantes de diversos municípios, além de prefeitos e vereadores, de lançamento do Projeto Selo Amigo da Justiça.

O Tribunal de Justiça do Maranhão criou os selos de reconhecimento “Município Amigo da Justiça” e “Empresa Amiga da Justiça” com o objetivo de reconhecer empresas e municípios que colaborem com a Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, por meio de práticas e canais que estimulem a solução alternativa das demandas, por intermédio do diálogo, da conciliação, mediação, renegociação de dívidas, entre outros, reduzindo a litigiosidade.

Pela manhã Manuel da Concórdia despachou em seu gabinete, prática que restituiu assim que foi eleito para o seu terceiro mandato como presidente do legislativo, e que aplica diariamente. Todos os dias o presidente mantém uma rotina de encontros, despachos e reuniões, recebendo autoridades dos mais diversos naipes, assim como membros da comunidade.

Continue

lendo

em:

<https://blogdoabelcarvalho.blogspot.com/2019/08/presidente-da-camara-de-vereadores-de.html>

Delegado acusado de crime de tortura vai esperar julgamento em prisão domiciliar

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, concedeu Habeas Corpus, para que o delegado de Polícia Civil, Jean Charles da Silva Menezes espere o julgamento em prisão domiciliar.

O pedido teve como relator o desembargador Raimundo Melo, que ressaltou o fato do início do cumprimento da inicial do delegado está em conformidade com a legislação penal, afastando assim o alegado constrangimento ilegal, na manutenção da prisão, porém, entendeu ser o caso de se aplicar a possibilidade da prisão domiciliar ao paciente.

Melo falou sobre os documentos anexados a inicial, que dão conta do precário estado de saúde do paciente, tratando-se, segundo ele, de pessoa com obesidade mórbida, entre outros problemas de saúde acarretados por este, inclusive com pedra vesicular que não pode ser operada face o estado físico do paciente.

“A manutenção da saúde e, conseqüentemente, da dignidade humana e da própria vida, tratam-se de direitos líquidos e certos do paciente (acusado), inclusive, com respaldo constitucional em razão da proteção que a nossa Magna Carta confere aos direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade humana, e infelizmente os estabelecimentos prisionais não possuem capacidade para cumprir a pena de forma humanitária”, sustentou.

Melo trouxe ainda julgados de Cortes Internacionais, onde em casos semelhantes, reconheceu direito semelhante, a presos de maior periculosidade, como foi o notório caso do Supremo Tribunal de Justiça da Itália que concedeu a prisão domiciliar ao mafioso italiano Salvatorre Riina, vulgo Totto Riina (mesmo sendo considerado um dos mais sanguinários mafiosos da história da Itália) para que este morresse em dignidade, junto de seus familiares, haja vista as inúmeras doenças terminais a qual foi acometido o mafioso.

Na ocasião o STJ italiano estabeleceu que “O direito de morrer com dignidade tem que ser garantido para qualquer preso”, mesmo considerando o “calibre criminal” de “Riina”.

E ao seguir o paradigma italiano e dentro das implicações ao caso, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo concedeu prisão domiciliar ao Delegado Jean Charles da Silva Menezes, por um período de 06(seis) meses, oportunidade na qual deverá ser reavaliado acerca de seu estado de saúde ficando a manutenção do benefício limitada pelo resultado das avaliações médico-legais, decisão está acompanhada pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana.

ACUSAÇÃO - O delegado foi acusado de ter sido omisso quando da tortura e morte de Sebastião Dias Salazar estava preso em decorrência da acusação de estupro de uma menor, crime ocorrido no ano de 2001, em Coroatá.

Segundo consta da inicial, o delegado estaria acometido de vários problemas de saúde, em decorrência do seu quadro de obesidade mórbida, estando, com mais de 200kg (duzentos quilos) fato que impossibilitaria inclusive de tomar banho e de se limpar quando da realização de suas necessidades fisiológicas.

Comunicação Social do TJMA

DIÁLOGO COM OTHELINO : CENÁRIO POLÍTICO NO BRASIL/ MARANHÃO

agosto 19, 2019 Blog Cesar Bello Comentários

Na terceira edição do podcast “Diálogo com Othelino”, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), fez um panorama geral sobre as discussões políticas no cenário local e nacional. Entre os temas abordados estão a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Abuso de Autoridade, a questão ambiental no Brasil e a diminuição da taxa de desocupados no Maranhão. Othelino também comentou a declaração do presidente da República, Jair Bolsonaro, direcionada a opositores políticos em visita ao Nordeste.

“Eu acho que toda autoridade, seja ela do Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo, ou de outros órgãos autônomos, tem que estar submetida a limites. Tenho certeza que os membros do nosso Congresso Nacional, quando decidiram aprovar a Lei de Abuso de Autoridade, não foi com o objetivo de limitar a atuação, principalmente, dos órgãos de controle. No Brasil, já se tem uma convivência democrática entre as instituições, respeitando as atribuições de cada um”, afirmou Othelino Neto, ressaltando que, quando alguém excede nas suas prerrogativas, acaba provocando um desequilíbrio no regime democrático, o que não é nada bom para o Brasil.

O presidente da Alemanha também comentou os números da pesquisa que aponta um aumento de 66% na área desmatada da Amazônia, no mês de julho, em relação ao mesmo período do ano passado, e a perda de investimentos internacionais, a exemplo da Alemanha e Noruega, direcionados à proteção ambiental da região. Segundo o parlamentar, infelizmente, o governo federal está promovendo retrocessos graves na área ambiental. “Claro que a vasta parte da Amazônia que está dentro do Brasil é um patrimônio nosso, mas pela sua importância no equilíbrio ambiental do planeta, outros países, historicamente, estão investindo recursos para fortalecer a sua preservação e evitar que haja o que aconteceu este ano, em relação ao ano passado, que é a elevação do índice de desmatamento e, pior ainda, o descontrole no que diz respeito ao desmatamento ilegal”, frisou Othelino.

Declarações de Bolsonaro

Na terceira edição do podcast, Othelino voltou a comentar ataques do presidente Jair Bolsonaro àqueles que lhe fazem oposição. Ao discursar em Parnaíba, no Piauí, na última quarta-feira (14), o presidente da República referiu-se aos comunistas como “cocô do Brasil”, pontuando, ainda, que a sua intenção “é acabar com todos”.

“O presidente Bolsonaro tem muita dificuldade de conviver com as diferenças. Para ele, quem lhe faz oposição não presta e lhes atribui os adjetivos mais chulos possíveis. Nós, militantes políticos, continuaremos tendo uma relação de respeito para com o governo federal, afinal de contas, nós respeitamos a vontade da maioria da sociedade brasileira, mas continuaremos fazendo oposição àquilo que consideramos ser prejudicial para o Brasil e para o Nordeste”, frisou Othelino Neto.

“Torço para que o presidente repense determinados conceitos, que ele seja um instrumento de construção da pacificação nacional, e não que a cada pronunciamento agrida o povo brasileiro e aqueles que não concordam com aquilo que faz e diz”, completou.

Empregos no Maranhão e homenagem

O presidente Othelino falou, ainda, sobre a reação positiva do Maranhão diante do atual cenário de retração econômica, com a diminuição do número de desempregados em relação aos outros estados da federação. Ele atribuiu essa posição de destaque à intervenção do Estado, que vem promovendo esforços para que haja uma movimentação maior da economia e, conseqüentemente, um aumento na oferta de empregos.

Othelino finalizou o podcast destacando a recente homenagem da Assembleia Legislativa ao juiz federal Roberto Veloso, condecorado com a Medalha Manuel Beckman, maior honraria concedida pelo Legislativo maranhense. “A concessão da Medalha Manuel Beckman ao juiz federal Roberto Veloso é mais até do que uma

homenagem ao próprio juiz. É uma homenagem à atuação do Poder Judiciário, como um dos pilares do Estado Democrático de Direito”, disse.

O programa pode ser ouvido a qualquer hora e lugar - no computador, smartphone ou em outro aparelho com conexão à internet. Para ouvir, é necessário baixar o aplicativo Spotify ou o Soundcloud. Depois, basta buscar o nome do programa e dar play no episódio desejado. O programa também estará disponível nas redes sociais do presidente (Youtube, Instagram, Facebook e Twitter).

Em nota, MP informa estar investigando compra de terreno para construção de porto privado em São Luís

Por Daniel Matos • terça-feira, 20 de agosto de 2019 às 11:58

Desapropriação de áreas na comunidade Cajueiro ocorre em clima de tensão e comoção pública

Em nota divulgada à imprensa na manhã desta terça-feira, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) informa que está investigando a compra do terreno situado na comunidade Cajueiro, na zona rural de São Luís, para construção de um terminal portuário privado com capital chinês. O MPMA manifestou-se em meio à polêmica e à suspeita de irregularidade na desapropriação do terreno, por ordem judicial, cumprida desde a semana passada em meio a um clima de tensão e a extrema comoção pública.

A nota informa que a Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Delegacia de Polícia Especializada em Conflitos Agrários estão apurando o caso, após solicitarem e obterem autorização judicial para cumprir tal finalidade. Documentos fornecidos pelas empresas envolvidas já foram, inclusive, periciados e os laudos referentes a tal procedimento estão sob sigilo de Justiça.

O MPMA ressalta, no entanto, que a tramitação do referido processo é pública e pode ser consultada no site do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Acrescenta o Ministério Público que solicitou ao TJMA, há três anos, que determinasse ao Instituto de Criminalística (Icrim) a realização de perícia nas matrículas dos imóveis situados nos terrenos da comunidade Cajueiro alvos de disputa. Tal autorização foi concedida em maio deste ano.

Abaixo a íntegra da nota:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Ministério Público do Maranhão vem esclarecer alguns fatos a respeito do trabalho de investigação sobre a posse e ocupação da terra na comunidade de Cajueiro, em São Luís:

A Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Delegacia de Polícia Especializada em Conflitos Agrários solicitaram ao Poder Judiciário, em abril de 2019, busca e apreensão de documentos e equipamentos eletrônicos da BCP Soluções e Tecnologia LTDA, WPR São Luís, BC3 Hub Multimodal LTDA e Llonch Empreendimentos Industrial LTDA e dos proprietários das respectivas empresas.

O pedido foi deferido pelo Poder Judiciário e o material apreendido foi periciado e também foram elaborados Laudos Técnicos Científicos que estão sob sigilo judicial;

Sendo assim, a compra do terreno da BC3 Hub Multinacional por parte da WPR São Luís é objeto de investigação. A tramitação processual é pública e inclusive pode ser acessada no sistema do Poder Judiciário pela internet;

Informamos, ainda, que o MPMA solicitou ao Poder Judiciário, em maio de 2016, que determinasse ao Instituto de Criminalística (Icrim) exame pericial nas matrículas imobiliárias das áreas em disputa na comunidade tradicional do Cajueiro, tendo o pedido sido deferido em maio de 2019;

Diante dos fatos, o Ministério Público do Maranhão reafirma seu compromisso com o cumprimento da lei e a necessidade de transparência em todos os procedimentos relacionados à disputa pela terra.

“Diálogo com Othelino” traz panorama geral sobre as discussões políticas no cenário local e nacional

Na terceira edição do podcast “Diálogo com Othelino”, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), fez um panorama geral sobre as discussões políticas no cenário local e nacional. Entre os temas abordados estão a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Abuso de Autoridade, a questão ambiental no Brasil e a diminuição da taxa de desocupados no Maranhão. Othelino também comentou a declaração do presidente da República, Jair Bolsonaro, direcionada a opositores políticos em visita ao Nordeste.

“Eu acho que toda autoridade, seja ela do Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo, ou de outros órgãos autônomos, tem que estar submetida a limites. Tenho certeza que os membros do nosso Congresso Nacional, quando decidiram aprovar a Lei de Abuso de Autoridade, não foi com o objetivo de limitar a atuação, principalmente, dos órgãos de controle. No Brasil, já se tem uma convivência democrática entre as instituições, respeitando as atribuições de cada um”, afirmou Othelino Neto, ressaltando que, quando alguém excede nas suas prerrogativas, acaba provocando um desequilíbrio no regime democrático, o que não é nada bom para o Brasil.

O presidente da Alemanha também comentou os números da pesquisa que aponta um aumento de 66% na área desmatada da Amazônia, no mês de julho, em relação ao mesmo período do ano passado, e a perda de investimentos internacionais, a exemplo da Alemanha e Noruega, direcionados à proteção ambiental da região. Segundo o parlamentar, infelizmente, o governo federal está promovendo retrocessos graves na área ambiental.

“Claro que a vasta parte da Amazônia que está dentro do Brasil é um patrimônio nosso, mas pela sua importância no equilíbrio ambiental do planeta, outros países, historicamente, estão investindo recursos para fortalecer a sua preservação e evitar que haja o que aconteceu este ano, em relação ao ano passado, que é a elevação do índice de desmatamento e, pior ainda, o descontrole no que diz respeito ao desmatamento ilegal”, frisou Othelino.

Declarações de Bolsonaro

Na terceira edição do podcast, Othelino voltou a comentar ataques do presidente Jair Bolsonaro àqueles que lhe fazem oposição. Ao discursar em Parnaíba, no Piauí, na última quarta-feira (14), o presidente da República referiu-se aos comunistas como “cocô do Brasil”, pontuando, ainda, que a sua intenção “é acabar com todos”.

“O presidente Bolsonaro tem muita dificuldade de conviver com as diferenças. Para ele, quem lhe faz oposição não presta e lhes atribui os adjetivos mais chulos possíveis. Nós, militantes políticos, continuaremos tendo uma relação de respeito para com o governo federal, afinal de contas, nós respeitamos a vontade da maioria da sociedade brasileira, mas continuaremos fazendo oposição àquilo que consideramos ser prejudicial para o Brasil e para o Nordeste”, frisou Othelino Neto.

“Torço para que o presidente repense determinados conceitos, que ele seja um instrumento de construção da pacificação nacional, e não que a cada pronunciamento agrida o povo brasileiro e aqueles que não concordam

com aquilo que faz e diz”, completou.

Empregos no Maranhão e homenagem

O presidente Othelino falou, ainda, sobre a reação positiva do Maranhão diante do atual cenário de retração econômica, com a diminuição do número de desempregados em relação aos outros estados da federação. Ele atribuiu essa posição de destaque à intervenção do Estado, que vem promovendo esforços para que haja uma movimentação maior da economia e, conseqüentemente, um aumento na oferta de empregos.

Othelino finalizou o podcast destacando a recente homenagem da Assembleia Legislativa ao juiz federal Roberto Veloso, condecorado com a Medalha Manuel Beckman, maior honraria concedida pelo Legislativo maranhense. “A concessão da Medalha Manuel Beckman ao juiz federal Roberto Veloso é mais até do que uma homenagem ao próprio juiz. É uma homenagem à atuação do Poder Judiciário, como um dos pilares do Estado Democrático de Direito”, disse.

O programa pode ser ouvido a qualquer hora e lugar - no computador, smartphone ou em outro aparelho com conexão à internet. Para ouvir, é necessário baixar o aplicativo Spotify ou o Soundcloud. Depois, basta buscar o nome do programa e dar play no episódio desejado. O programa também estará disponível nas redes sociais do presidente (Youtube, Instagram, Facebook e Twitter).

Acesse os links e ouça o terceiro episódio do podcast: <https://spoti.fi/2Zey2qY> | <https://bit.ly/2z7WjjJ>

Assista no Youtube: <https://bit.ly/2Nm2ZTJ>

Froz Sobrinho suspende inquérito contra empresa que vendeu terreno do Cajueiro para WPR

O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, do Tribunal de Justiça do Maranhão, suspendeu um inquérito policial que investiga a empresa BC3 Hub Multimodal Industrial Ltda (antiga BR Presal Porto e Serviços Ltda), bem como seus sócios-proprietários, Helcimar Araújo Belém Filho e Carlos Cesar Cunha, por suposta ilegalidade na aquisição de terras nos bairros Cajueiro e Andirobal.

A decisão foi tomada há pouco mais de uma semana, durante o plantão judicial, atendendo pedido em habeas corpus apresentado pela defesa de Helcimar Filho, de que ele estaria sofrendo constrangimento ilegal.

Em abril deste ano, todos foram alvo de operação deflagrada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas) e pela 44ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários, por suposta integração em organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção.

Os mandados foram expedidos pelo 1ª Vara Criminal de São Luís, privativa para processamento e julgamento dos crimes de organização criminosa, e também miraram as empresas BCP Soluções, Meta Participações Ltda, Italobrasileira de Cimento Ltda e Tecnologia Ltda e Llonch Empreendimento Industrial 1 Ltda; além de Maria da Gloria Mendes Coles, Rachel Cubits Belém e Fernando José Oliveira Duailibe Mendonça.

Constam ainda como representados o ex-secretário de secretário de Desenvolvimento Social do Maranhão, Fernando Antonio Brito Fialho, e a mulher deste, Maria de Lourdes Maluda Cavalcanti Fialho, atual titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam) de São Luís.

A WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, agora TUP Porto São Luís, também consta entre os alvos do inquérito policial suspenso por Froz Sobrinho.

Houve ainda quebra de sigilos bancário e fiscal dos investigados.

Instaurada em setembro de 2016 pela Decradi/Deca (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância e Conflitos Agrários), a investigação visava a apuração da venda de uma área do Cajueiro pela BC3 para WPR. Em 2014, a WTorre, da qual a WPR é braço de engenharia, doou um cheque de R\$ 252 mil para o PCdoB, que repassou o recurso indiretamente - conforme previsto pela legislação eleitoral - para a campanha de Flávio Dino (PCdoB) ao Palácio dos Leões em 2014.

No terreno vendido pela BC3, um dia após a decisão de Sobrinho, foi cumprida uma ordem de reintegração de posse em favor da WPR, sob uso de força bruta da Polícia Militar - novamente utilizada em frente a sede do Governo do Maranhão, para reprimir moradores e manifestantes do Cajueiro -, com despejo e demolição de casas de dezenas de famílias que, com base em documentos oficiais, com fé pública, reivindicam a propriedade do local.

Delegado acusado de crime de tortura vai esperar julgamento em prisão domiciliar

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu “habeas corpus”, para que o delegado de Polícia Civil Jean Charles da Silva Menezes espere o julgamento em prisão domiciliar.

O pedido teve como relator o desembargador Raimundo Melo, que ressaltou o fato do início do cumprimento da inicial do delegado está em conformidade com a legislação penal, afastando, assim, o alegado constrangimento ilegal, na manutenção da prisão, porém, entendeu ser o caso de se aplicar a possibilidade da prisão domiciliar ao paciente.

Melo falou sobre os documentos anexados à inicial, que dão conta do precário estado de saúde do paciente, tratando-se, segundo ele, de pessoa com obesidade mórbida, entre outros problemas de saúde acarretados por este, inclusive com pedra vesicular que não pode ser operada face o estado físico do paciente.

“A manutenção da saúde e, conseqüentemente, da dignidade humana e da própria vida, tratam-se de direitos líquidos e certos do paciente (acusado), inclusive, com respaldo constitucional em razão da proteção que a nossa Magna Carta confere aos direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade humana, e, infelizmente, os estabelecimentos prisionais não possuem capacidade para cumprir a pena de forma humanitária”, sustentou.

Melo trouxe ainda julgados de Cortes Internacionais, onde, em casos semelhantes, reconheceu direito semelhante, a presos de maior periculosidade, como foi o notório caso do Supremo Tribunal de Justiça da Itália que concedeu a prisão domiciliar ao mafioso italiano Salvatorre Riina, conhecido como Totto Riina (mesmo sendo considerado um dos mais sanguinários mafiosos da história da Itália) para que este morresse em dignidade, junto de seus parentes, haja vista as inúmeras doenças terminais a qual foi acometido o mafioso.

Na ocasião, o STJ italiano estabeleceu que “o direito de morrer com dignidade tem que ser garantido para qualquer preso”, mesmo considerando o “calibre criminal” de Riina.

E, ao seguir o paradigma italiano e dentro das implicações ao caso, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo concedeu prisão domiciliar ao delegado Jean Charles da Silva Menezes por um período de seis meses, oportunidade na qual deverá ser reavaliado acerca de seu estado de saúde ficando a manutenção do benefício limitada pelo resultado das avaliações médico-legais, decisão está acompanhada pelos desembargadores Bayma Araújo e João Santana.

Acusação

O delegado foi acusado de ter sido omissor quando da tortura e morte de Sebastião Dias Salazar, que estava preso em decorrência da acusação de estupro de uma adolescente, crime que aconteceu no ano de 2001, em Coroatá.

Segundo consta da inicial, o delegado estaria acometido de vários problemas de saúde, em decorrência do seu quadro de obesidade mórbida, estando, com mais de 200kg, fato que impossibilitaria inclusive de tomar banho e de se limpar quando da realização de suas necessidades fisiológicas.

(Informações do TJ-MA)

Delegado acusado de crime de tortura vai esperar julgamento em prisão domiciliar

20/08/2019

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu Habeas Corpus, para que o delegado de Polícia Civil, Jean Charles da Silva Menezes espere o julgamento em prisão domiciliar.

O pedido teve como relator o desembargador Raimundo Melo, que ressaltou o fato do início do cumprimento da inicial do delegado está em conformidade com a legislação penal, afastando assim o alegado constrangimento ilegal, na manutenção da prisão, porém, entendeu ser o caso de se aplicar a possibilidade da prisão domiciliar ao paciente.

Melo falou sobre os documentos anexados a inicial, que dão conta do precário estado de saúde do paciente, tratando-se, segundo ele, de pessoa com obesidade mórbida, entre outros problemas de saúde acarretados por este, inclusive com pedra vesicular que não pode ser operada face o estado físico do paciente.

“A manutenção da saúde e, conseqüentemente, da dignidade humana e da própria vida, tratam-se de direitos líquidos e certos do paciente (acusado), inclusive, com respaldo constitucional em razão da proteção que a nossa Magna Carta confere aos direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade humana, e infelizmente os estabelecimentos prisionais não possuem capacidade para cumprir a pena de forma humanitária”, sustentou.

Melo trouxe ainda julgados de Cortes Internacionais, onde em casos semelhantes, reconheceu direito semelhante, a presos de maior periculosidade, como foi o notório caso do Supremo Tribunal de Justiça da Itália que concedeu a prisão domiciliar ao mafioso italiano Salvatore Riina, vulgo Totto Riina (mesmo sendo considerado um dos mais sanguinários mafiosos da história da Itália) para que este morresse em dignidade, junto de seus familiares, haja vista as inúmeras doenças terminais a qual foi acometido o mafioso.

Na ocasião o STJ italiano estabeleceu que “O direito de morrer com dignidade tem que ser garantido para qualquer preso”, mesmo considerando o “calibre criminal” de “Riina”.

E ao seguir o paradigma italiano e dentro das implicações ao caso, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo concedeu prisão domiciliar ao Delegado Jean Charles da Silva Menezes, por um período de 06(seis) meses, oportunidade na qual deverá ser reavaliado acerca de seu estado de saúde ficando a manutenção do benefício limitada pelo resultado das avaliações médico-legais, decisão está acompanhada pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana.

ACUSAÇÃO - O delegado foi acusado de ter sido omisso quando da tortura e morte de Sebastião Dias Salazar estava preso em decorrência da acusação de estupro de uma menor, crime ocorrido no ano de 2001, em Coroaá.

Segundo consta da inicial, o delegado estaria acometido de vários problemas de saúde, em decorrência do seu

quadro de obesidade mórbida, estando, com mais de 200kg (duzentos quilos) fato que impossibilitaria inclusive de tomar banho e de se limpar quando da realização de suas necessidades fisiológicas.

Desembargador Jamil Gedeon determina homologação do concurso de Paço em até 48h

Decisão do Magistrado também determina multa contra a gestão da prefeita Paula e diz que ela pode ser afastada do cargo caso descumpra a decisão.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil de Miranda Gedeon Neto, da Segunda Câmara Civil, determinou nesta terça-feira (20) que a prefeita em exercício de Paço do Lumiar, Paula Azevedo (SD) faça a homologação do concurso público municipal.

O Magistrado estipulou o prazo de 48h para que a gestora cumpra a decisão sob pena de multa de mil reais diárias a contar do final do dia desta terça.

Na decisão, Gedeon também não descartou a possibilidade de afastar a prefeita do cargo caso ela insista em não cumprir a decisão do Tribunal de Justiça.

“Desta forma, não visualizando motivos legais para o não cumprimento da ordem, intime-se a Municipalidade para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas cumpra a determinação outrora imposta, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, informando-se em ato contínuo esta Relatoria, não sendo descartada a possibilidade de afastamento da Autoridade representativa do Município [prefeita Paula], nos termos do Art. 20, §1º da lei nº 8.429/92 (lei de improbidade administrativa).” Decide Jamil.

Confira a íntegra da decisão [AQUI](#).

Delegado acusado de tortura vai esperar julgamento em prisão domiciliar

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu Habeas Corpus, para que o delegado de Polícia Civil, Jean Charles da Silva Menezes espere o julgamento em prisão domiciliar.

O pedido teve como relator o desembargador Raimundo Melo, que ressaltou o fato do início de o cumprimento da inicial do delegado estar em conformidade com a legislação penal, afastando assim o alegado constrangimento ilegal, na manutenção da prisão, porém, entendeu ser o caso de se aplicar a possibilidade da prisão domiciliar ao paciente.

Melo falou sobre os documentos anexados a inicial, que dão conta do precário estado de saúde do paciente, tratando-se, segundo ele, de pessoa com obesidade mórbida, entre outros problemas de saúde acarretados por este, inclusive com pedra vesicular que não pode ser operada face o estado físico do paciente.

“A manutenção da saúde e, conseqüentemente, da dignidade humana e da própria vida, tratam-se de direitos líquidos e certos do paciente (acusado), inclusive, com respaldo constitucional em razão da proteção que a nossa Magna Carta confere aos direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade humana, e infelizmente os estabelecimentos prisionais não possuem capacidade para cumprir a pena de forma humanitária”, sustentou.

Melo trouxe ainda julgados de Cortes Internacionais, onde em casos semelhantes, reconheceu direito semelhante, a presos de maior periculosidade, como foi o notório caso do Supremo Tribunal de Justiça da Itália que concedeu a prisão domiciliar ao mafioso italiano Salvatorre Riina, vulgo Totto Riina (mesmo sendo considerado um dos mais sanguinários mafiosos da história da Itália) para que este morresse em dignidade, junto de seus familiares, haja vista as inúmeras doenças terminais a qual foi acometido o mafioso.

Na ocasião o STJ italiano estabeleceu que “O direito de morrer com dignidade tem que ser garantido para qualquer preso”, mesmo considerando o “calibre criminal” de “Riina”.

E ao seguir o paradigma italiano e dentro das implicações ao caso, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo concedeu prisão domiciliar ao Delegado Jean Charles da Silva Menezes, por um período de 06(seis) meses, oportunidade na qual deverá ser reavaliado acerca de seu estado de saúde ficando a manutenção do benefício limitada pelo resultado das avaliações médico-legais, decisão está acompanhada pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana.

Acusação

O delegado foi acusado de ter sido omissor quando da tortura e morte de Sebastião Dias Salazar estava preso em decorrência da acusação de estupro de uma menor, crime ocorrido no ano de 2001, em Coroatá.

Segundo consta da inicial, o delegado estaria acometido de vários problemas de saúde, em decorrência do seu quadro de obesidade mórbida, estando, com mais de 200kg (duzentos quilos) fato que impossibilitaria inclusive de tomar banho e de se limpar quando da realização de suas necessidades fisiológicas.

Concurso de Paço do Lumiar: TJ aplica multa e pode determinar o afastamento da prefeita

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil de Miranda Gedeon Neto, da Segunda Câmara Civil, determinou nesta terça-feira (20) que a prefeita em exercício de Paço do Lumiar, Paula Azevedo (SD) faça a homologação do concurso público municipal.

O Magistrado estipulou o prazo de 48h para que a gestora cumpra a decisão sob pena de multa de mil reais diárias a contar do final do dia desta terça.

Na decisão, Gedeon também não descartou a possibilidade de afastar a prefeita do cargo caso ela insista em não cumprir a decisão do Tribunal de Justiça.

“Desta forma, não visualizando motivos legais para o não cumprimento da ordem, intime-se a Municipalidade para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas cumpra a determinação outrora imposta, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, informando-se em ato contínuo esta Relatoria, não sendo descartada a possibilidade de afastamento da Autoridade representativa do Município [prefeita Paula], nos termos do Art. 20, §1º da lei nº 8.429/92 (lei de improbidade administrativa).” Decide Jamil.

Fonte: Domingos Costa

Diálogo com Othelino” traz panorama geral sobre discussões políticas nos cenários local e nacional

Publicado em 20 de agosto de 2019

Na terceira edição do podcast “Diálogo com Othelino”, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), fez um panorama geral sobre as discussões políticas no cenário local e nacional. Entre os temas abordados estão a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Abuso de Autoridade, a questão ambiental no Brasil e a diminuição da taxa de desocupados no Maranhão. Othelino também comentou a declaração do presidente da República, Jair Bolsonaro, direcionada a opositores políticos em visita ao Nordeste.

“Eu acho que toda autoridade, seja ela do Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo, ou de outros órgãos autônomos, tem que estar submetida a limites. Tenho certeza que os membros do nosso Congresso Nacional, quando decidiram aprovar a Lei de Abuso de Autoridade, não foi com o objetivo de limitar a atuação, principalmente, dos órgãos de controle. No Brasil, já se tem uma convivência democrática entre as instituições, respeitando as atribuições de cada um”, afirmou Othelino Neto, ressaltando que, quando alguém excede nas suas prerrogativas, acaba provocando um desequilíbrio no regime democrático, o que não é nada bom para o Brasil.

O presidente da Alemanha também comentou os números da pesquisa que aponta um aumento de 66% na área desmatada da Amazônia, no mês de julho, em relação ao mesmo período do ano passado, e a perda de investimentos internacionais, a exemplo da Alemanha e Noruega, direcionados à proteção ambiental da região. Segundo o parlamentar, infelizmente, o governo federal está promovendo retrocessos graves na área ambiental.

“Claro que a vasta parte da Amazônia que está dentro do Brasil é um patrimônio nosso, mas pela sua importância no equilíbrio ambiental do planeta, outros países, historicamente, estão investindo recursos para fortalecer a sua preservação e evitar que haja o que aconteceu este ano, em relação ao ano passado, que é a elevação do índice de desmatamento e, pior ainda, o descontrole no que diz respeito ao desmatamento ilegal”, frisou Othelino.

Bolsonaro - Na terceira edição do podcast, Othelino voltou a comentar ataques do presidente Jair Bolsonaro àqueles que lhe fazem oposição. Ao discursar em Parnaíba, no Piauí, na última quarta-feira (14), o presidente da República referiu-se aos comunistas como “cocô do Brasil”, pontuando, ainda, que a sua intenção “é acabar com todos”.

“O presidente Bolsonaro tem muita dificuldade de conviver com as diferenças. Para ele, quem lhe faz oposição não presta e lhes atribui os adjetivos mais chulos possíveis. Nós, militantes políticos, continuaremos tendo uma relação de respeito para com o governo federal, afinal de contas, nós respeitamos a vontade da maioria da sociedade brasileira, mas continuaremos fazendo oposição àquilo que consideramos ser prejudicial para o Brasil e para o Nordeste”, frisou Othelino Neto.

“Torço para que o presidente repense determinados conceitos, que ele seja um instrumento de construção da

pacificação nacional, e não que a cada pronunciamento agrida o povo brasileiro e aqueles que não concordam com aquilo que faz e diz”, completou.

Empregos - O presidente Othelino falou, ainda, sobre a reação positiva do Maranhão diante do atual cenário de retração econômica, com a diminuição do número de desempregados em relação aos outros estados da federação. Ele atribuiu essa posição de destaque à intervenção do Estado, que vem promovendo esforços para que haja uma movimentação maior da economia e, conseqüentemente, um aumento na oferta de empregos.

Othelino finalizou o podcast destacando a recente homenagem da Assembleia Legislativa ao juiz federal Roberto Veloso, condecorado com a Medalha Manuel Beckman, maior honraria concedida pelo Legislativo maranhense. “A concessão da Medalha Manuel Beckman ao juiz federal Roberto Veloso é mais até do que uma homenagem ao próprio juiz. É uma homenagem à atuação do Poder Judiciário, como um dos pilares do Estado Democrático de Direito”, disse.

O programa pode ser ouvido a qualquer hora e lugar - no computador, smartphone ou em outro aparelho com conexão à internet. Para ouvir, é necessário baixar o aplicativo Spotify ou o Soundcloud. Depois, basta buscar o nome do programa e dar play no episódio desejado. O programa também estará disponível nas redes sociais do presidente (Youtube, Instagram, Facebook e Twitter)

Delegado acusado de crime de tortura vai esperar julgamento em prisão domiciliar

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu Habeas Corpus, para que o delegado de Polícia Civil, Jean Charles da Silva Menezes espere o julgamento em prisão domiciliar.

O pedido teve como relator o desembargador Raimundo Melo, que ressaltou o fato do início do cumprimento da inicial do delegado está em conformidade com a legislação penal, afastando assim o alegado constrangimento ilegal, na manutenção da prisão, porém, entendeu ser o caso de se aplicar a possibilidade da prisão domiciliar ao paciente.

Melo falou sobre os documentos anexados a inicial, que dão conta do precário estado de saúde do paciente, tratando-se, segundo ele, de pessoa com obesidade mórbida, entre outros problemas de saúde acarretados por este, inclusive com pedra vesicular que não pode ser operada face o estado físico do paciente.

“A manutenção da saúde e, conseqüentemente, da dignidade humana e da própria vida, tratam-se de direitos líquidos e certos do paciente (acusado), inclusive, com respaldo constitucional em razão da proteção que a nossa Magna Carta confere aos direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade humana, e infelizmente os estabelecimentos prisionais não possuem capacidade para cumprir a pena de forma humanitária”, sustentou.

Melo trouxe ainda julgados de Cortes Internacionais, onde em casos semelhantes, reconheceu direito semelhante, a presos de maior periculosidade, como foi o notório caso do Supremo Tribunal de Justiça da Itália que concedeu a prisão domiciliar ao mafioso italiano Salvatorre Riina, vulgo Totto Riina (mesmo sendo considerado um dos mais sanguinários mafiosos da história da Itália) para que este morresse em dignidade, junto de seus familiares, haja vista as inúmeras doenças terminais a qual foi acometido o mafioso.

Na ocasião o STJ italiano estabeleceu que “O direito de morrer com dignidade tem que ser garantido para qualquer preso”, mesmo considerando o “calibre criminal” de “Riina”.

E ao seguir o paradigma italiano e dentro das implicações ao caso, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo concedeu prisão domiciliar ao Delegado Jean Charles da Silva Menezes, por um período de 06(seis) meses, oportunidade na qual deverá ser reavaliado acerca de seu estado de saúde ficando a manutenção do benefício limitada pelo resultado das avaliações médico-legais, decisão está acompanhada pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana.

ACUSAÇÃO - O delegado foi acusado de ter sido omissivo quando da tortura e morte de Sebastião Dias Salazar estava preso em decorrência da acusação de estupro de uma menor, crime ocorrido no ano de 2001, em Coroatá.

Segundo consta da inicial, o delegado estaria acometido de vários problemas de saúde, em decorrência do seu quadro de obesidade mórbida, estando, com mais de 200kg (duzentos quilos) fato que impossibilitaria inclusive

de tomar banho e de se limpar quando da realização de suas necessidades fisiológicas.

Diálogo com Othelino Neto

O Presidente traz panorama geral sobre discussões políticas nos cenários local e nacional

Deputado estadual Othelino Neto é presidente da Assembleia Legislativa

Na terceira edição do podcast “Diálogo com Othelino”, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), fez um panorama geral sobre as discussões políticas no cenário local e nacional. Entre os temas abordados estão a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei de Abuso de Autoridade, a questão ambiental no Brasil e a diminuição da taxa de desocupados no Maranhão. Othelino também comentou a declaração do presidente da República, Jair Bolsonaro, direcionada a opositores políticos em visita ao Nordeste.

“Eu acho que toda autoridade, seja ela do Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo, ou de outros órgãos autônomos, tem que estar submetida a limites. Tenho certeza que os membros do nosso Congresso Nacional, quando decidiram aprovar a Lei de Abuso de Autoridade, não foi com o objetivo de limitar a atuação, principalmente, dos órgãos de controle. No Brasil, já se tem uma convivência democrática entre as instituições, respeitando as atribuições de cada um”, afirmou Othelino Neto, ressaltando que, quando alguém excede nas suas prerrogativas, acaba provocando um desequilíbrio no regime democrático, o que não é nada bom para o Brasil.

O presidente da Alemanha também comentou os números da pesquisa que aponta um aumento de 66% na área desmatada da Amazônia, no mês de julho, em relação ao mesmo período do ano passado, e a perda de investimentos internacionais, a exemplo da Alemanha e Noruega, direcionados à proteção ambiental da região. Segundo o parlamentar, infelizmente, o governo federal está promovendo retrocessos graves na área ambiental.

“Claro que a vasta parte da Amazônia que está dentro do Brasil é um patrimônio nosso, mas pela sua importância no equilíbrio ambiental do planeta, outros países, historicamente, estão investindo recursos para fortalecer a sua preservação e evitar que haja o que aconteceu este ano, em relação ao ano passado, que é a elevação do índice de desmatamento e, pior ainda, o descontrole no que diz respeito ao desmatamento ilegal”, frisou Othelino.

Bolsonaro - Na terceira edição do podcast, Othelino voltou a comentar ataques do presidente Jair Bolsonaro àqueles que lhe fazem oposição. Ao discursar em Parnaíba, no Piauí, na última quarta-feira (14), o presidente da República referiu-se aos comunistas como “cocô do Brasil”, pontuando, ainda, que a sua intenção “é acabar com todos”.

“O presidente Bolsonaro tem muita dificuldade de conviver com as diferenças. Para ele, quem lhe faz oposição não presta e lhes atribui os adjetivos mais chulos possíveis. Nós, militantes políticos, continuaremos tendo uma relação de respeito para com o governo federal, afinal de contas, nós respeitamos a vontade da maioria da sociedade brasileira, mas continuaremos fazendo oposição àquilo que consideramos ser prejudicial para o Brasil e para o Nordeste”, frisou Othelino Neto.

“Torço para que o presidente repense determinados conceitos, que ele seja um instrumento de construção da pacificação nacional, e não que a cada pronunciamento agrida o povo brasileiro e aqueles que não concordam

com aquilo que faz e diz”, completou.

Empregos - O presidente Othelino falou, ainda, sobre a reação positiva do Maranhão diante do atual cenário de retração econômica, com a diminuição do número de desempregados em relação aos outros estados da federação. Ele atribuiu essa posição de destaque à intervenção do Estado, que vem promovendo esforços para que haja uma movimentação maior da economia e, conseqüentemente, um aumento na oferta de empregos.

Othelino finalizou o podcast destacando a recente homenagem da Assembleia Legislativa ao juiz federal Roberto Veloso, condecorado com a Medalha Manuel Beckman, maior honraria concedida pelo Legislativo maranhense. “A concessão da Medalha Manuel Beckman ao juiz federal Roberto Veloso é mais até do que uma homenagem ao próprio juiz. É uma homenagem à atuação do Poder Judiciário, como um dos pilares do Estado Democrático de Direito”, disse.

O programa pode ser ouvido a qualquer hora e lugar - no computador, smartphone ou em outro aparelho com conexão à internet. Para ouvir, é necessário baixar o aplicativo Spotify ou o Soundcloud. Depois, basta buscar o nome do programa e dar play no episódio desejado. O programa também estará disponível nas redes sociais do presidente (Youtube, Instagram, Facebook e Twitter).

200 venezuelanos estão em São Luís; muitos pedem esmolas nas ruas

Pelos dados oficiais, houve aumento de 22% no contingente de refugiados; em julho, eram 156; eles pedem esmolas em vários pontos; força-tarefa foi montada por órgãos

ISMAEL ARAÚJO / O ESTADO

20/08/2019

Venezuelanos pedem esmolas em pontos de São Luís

Até o fim do mês de julho deste ano, foi registrada a presença de 156 refugiados venezuelanos no Maranhão, segundo os dados da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop). Neste mês, os números mais recentes mostram que há, pelo menos, 200 desses estrangeiros circulando, principalmente, nos entornos, canteiros, rotatórias e semáforos da cidade, pedindo ajuda financeira. Um aumento de quase 22% nesse contingente. A maioria deles é criança e adolescente.

A Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA), com apoio da Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Justiça do Maranhão, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Pastoral da Criança, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Governo do Estado e do Município de São Luís, estão realizando uma força-tarefa desde a semana passada. Uma das ações é o trabalho de abordagem aos refugiados.

O defensor público Joaquim Gonzaga Neto, titular do Núcleo da Criança e do Adolescente, informou que somente na semana passada a equipe da força-tarefa realizou mais de quatro abordagens na capital, mas o trabalho vai se estender durante os próximos dias.

Estrangeiros ficam nos semáforos

Na escola

Uma das novas ações visa inserir as crianças e os adolescentes venezuelanos na escola. “Observamos que muitas crianças e adolescentes estão em situação de mendicância nos semáforos. Então, precisam estudar. As secretarias do Estado e do Município serão acionadas para fazerem parte deste trabalho”, disse Joaquim Gonzaga Neto.

Ele também informou que, caso essa situação persista, as instituições responsáveis podem adotar até mesmo medidas mais duras e uma delas é o recolhimento das crianças e dos adolescentes a centros de acolhimento, localizados na capital. “No momento, estamos adotando apenas ações de prevenção, para que não seja necessário o recolhimento dessas crianças”, explicou o defensor público.

Ainda segundo Joaquim Gonzaga Neto, a força-tarefa também está trabalhando na busca de um local para que sejam abrigados todos os estrangeiros, pois, no momento, há dois pontos da cidade onde estão recolhidos. Um deles é localizado no Parque Atenas. O outro, no Parque Jair.

Sem recursos, os estrangeiros pedem dinheiro

Também foi decidida a elaboração de uma cartilha informativa, em espanhol, abordando os direitos e os deveres desses estrangeiros no Brasil. Além disso, vai ser montado um grupo responsável por doações.

“As doações precisam ser qualificadas, principalmente, de alimentos e roupas. A maioria desses estrangeiro é indígena, então, possui uma cultura específica, e não utilizam determinados produtos”, detalhou o defensor público.

Esmolas

Ainda ontem, foi possível encontrar venezuelanos pedindo esmolas no bairro Cohama. Mal o semáforo acendia a luz vermelha, eles iam para avenida em busca de algum trocando dos motoristas. Crianças e adolescentes faziam parte desse grupo.

Venezuelanos usam placas com pedidos de dinheiro

O cenário era semelhante nos sinais do Cohatrac e Cohab. Os estrangeiros, com cartazes e uma latinha, pediam esmolas a todos que trafegavam na área. Eles até mesmo fazem a sua alimentação nesse local. O Estado tentou manter contato com eles, mas se recusaram a falar sobre o assunto.

SAIBA MAIS

Ingresso

O ingresso dos venezuelanos ocorre mesmo com a fronteira fechada por Nicolas Maduro desde o dia 21 de fevereiro deste ano. Levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgadas no fim do primeiro semestre deste ano apontam que o Brasil foi o quinto país do mundo que mais recebeu venezuelanos. De acordo com a entidade mundial, foram 168 mil pessoas.

O país é superado por Colômbia, Peru, Chile e Equador. Em sua maioria, os venezuelanos buscaram destinos nas regiões Norte e Nordeste para fugir da situação de calamidade social que vive seu país. Além da baixa oferta de alimentos, a Venezuela sofre com o desemprego e a desvalorização da moeda.

No Maranhão, esses estrangeiros somente começaram a chegar no mês de maio. Um grupo de aproximadamente 55 estrangeiros, que seria do grupo Warao. Está é uma etnia indígena predominantemente originaria do leste do território do país sul-americano.

Eles cruzaram o estado do Amazonas e do Pará, chegando a São Luís, no último dia 29 de abril, em busca de trabalho temporário, diante da crise econômica e política instaurada em seu país de origem. Os imigrantes foram alojados em um abrigo cedido pela Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias, localizado no bairro Vassoural, em Paço do Lumiar.

Interiorização

Devido o agravamento da crise migratória em Roraima provocada pela situação política na Venezuela, o Governo Federal está realizando o processo de “interiorização”. Criado como alternativa para reduzir o impacto social desse grande fluxo de imigrantes, o programa prevê o deslocamento de parte desse contingente a outras regiões brasileiras.

Mais de 4 mil imigrantes já foram levados a diversos estados após aderir voluntariamente ao processo. Um dos estados são Amazonas, na Bahia, no Distrito Federal, no Mato Grosso do Sul, na Paraíba, no Paraná, em

Pernambuco, no Rio Grande do Norte e no Rio Grande do Sul.

Crise na Venezuela

Há mais de 15 anos, a Venezuela enfrenta uma crescente crise política, econômica e social. O país vive agora um colapso econômico e humanitário, com inflação acima de 1.000.000% e milhares de venezuelanos fugindo para outras partes da América Latina. Em abril, diversas interrupções no fornecimento de energia e água ameaçaram uma catástrofe sanitária. A ONG norte-americana Human Rights Watch disse que a saúde do país está sob emergência humanitária complexa.

Números

55 refugiados venezuelanos chegaram ao Maranhão no fim do mês de abril deste ano

156 estrangeiros no começo do mês de julho

200 venezuelanos neste mês na capital maranhense

DPE e Judiciário realizam mais de 770 atendimentos

Ações itinerantes ocorreram em cinco comarcas da região da Baixada Maranhense; foram ofertados serviços, como renegociação de dívidas, consulta processual, orientação jurídica, divórcio, pedido de pensão alimentícia, entre outros

20/08/2019

DPE e Judiciário realizam mais de 770 atendimentos

SÃO LUÍS - Um total de 776 atendimentos foi realizado, na última semana, por meio da parceria entre a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e o Poder Judiciário voltada a ações itinerantes em cinco comarcas da região da Baixada Maranhense. Com os esforços das duas instituições, moradores de São João Batista, Mirinzal, Guimarães, Cururupu e Bacuri puderam solucionar conflitos e ter acesso a serviços nas mais diversas áreas de forma ágil e descentralizada.

Os atendimentos prestados à população foram coordenados, nas cinco comarcas, pelos defensores públicos Suzanne Santana Lobo e Gil Henrique Mendonça Faria, do Núcleo Regional da DPE em Pinheiro, e pelo coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, e o ouvidor-geral do Poder Judiciário e presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida.

As atividades, realizadas nas unidades móveis das duas instituições, ofertaram serviços como renegociação de dívidas, consulta processual, orientação jurídica, divórcio, pedido de pensão alimentícia, coleta de DNA para investigação de paternidade, solicitação de guarda, dentre outras demandas relacionadas a direito do consumidor, família e problemas de vizinhança.

Puderam receber atendimento todos os cidadãos ou as partes interessadas em resolver demandas processuais, já com ação judicial em trâmite, ou pré-processuais, sem ação judicial, portando documentos pessoais e comprobatórios da demanda.

Resolução

A facilidade no atendimento foi um dos principais fatores que levou Cristina Batista a buscar os serviços da ação. “Eu precisava de um divórcio, mas não tinha condição de pagar um advogado. Aqui eu pude fazer de graça. Fiquei muito satisfeita e só tenho a agradecer por tudo”, disse.

A possibilidade de realização do reconhecimento de paternidade também atraiu muitos assistidos. Esse foi o caso de José Ribamar Reis e seu filho Anderson de Jesus Ribeiro Reis, de 32 anos. O pai contou que não havia registrado o filho até então por não ter condições financeiras de pagar os emolumentos cartorários. Já o filho tinha o sonho de ter o sobrenome do pai registrado e colocá-lo no nome de seu bebê.

Segundo o defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, o quantitativo de atendimentos e a satisfação dos assistidos demonstram a importância das ações itinerantes. “Como instituição essencial na promoção dos direitos humanos e na defesa dos direitos individuais e coletivos, é fundamental que realizemos ações desse tipo e, assim, possamos chegar cada vez mais perto do cidadão, mesmo onde não tem Defensoria instalada. Essa parceria com o Judiciário possibilitou a muitas pessoas resolver demandas, com rapidez e praticidade, para as quais elas buscavam solução há anos”, disse o gestor.

Em Bacuri, a população ficou tão satisfeita com a ação que solicitou, ao final dos atendimentos, a instalação de

um núcleo da Defensoria Pública do Estado no município. Para isso, um grupo de assistidos organizou e entregou à equipe da ação um abaixo-assinado com o pedido.

Ministério Público diz que compra da área de Cajueiro pela WPR está sob investigação

por Aquiles Emir - 20 de agosto de 2019034

O Ministério Público, em nota distribuída nesta terça-feira (20) informou que a aquisição do terreno da comunidade Cajueiro pela WPR, empresa responsável pelo projeto do Porto São Luís, é objetivo de investigação. Segundo a nota, a documentação sobre a aquisição da área pela BC3 já foi periciado, mas o resultado está mantido em segredo de Justiça.

Ainda de acordo com o MP, em maio de 2016 foi solicitada ao Poder Judiciário que determinasse ao Instituto de Criminalística perícia nas matrículas imobiliárias e que resposta foi dada somente em maio deste ano, isto é, três anos depois.

Na segunda-feira (12) da semana passada, a polícia, em cumprimento a determinação policial destruiu as casas de moradores. A justificativa para esta operação foi a de que todas as negociações já haviam se encerrado, com fixação de aluguel social, promessa de empregos e outros benefícios.

Eis a íntegra da nota do MP:

O Ministério Público do Maranhão vem esclarecer alguns fatos a respeito do trabalho de investigação sobre a posse e ocupação da terra na comunidade de Cajueiro, em São Luís:

A Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Delegacia de Polícia Especializada em Conflitos Agrários solicitaram ao Poder Judiciário, em abril de 2019, busca e apreensão de documentos e equipamentos eletrônicos da BCP Soluções e Tecnologia LTDA, WPR São Luís, BC3 Hub Multimodal LTDA e Llonch Empreendimentos Industrial LTDA e dos proprietários das respectivas empresas.

O pedido foi deferido pelo Poder Judiciário e o material apreendido foi periciado e também foram elaborados Laudos Técnicos Científicos que estão sob segredo judicial;

Sendo assim, a compra do terreno da BC3 Hub Multinacional por parte da WPR São Luís é objeto de investigação. A tramitação processual é pública e inclusive pode ser acessada no sistema do Poder Judiciário pela internet;

Informamos, ainda, que o MPMA solicitou ao Poder Judiciário, em maio de 2016, que determinasse ao Instituto de Criminalística (Icrim) exame pericial nas matrículas imobiliárias das áreas em disputa na comunidade tradicional do Cajueiro, tendo o pedido sido deferido em maio de 2019;

Diante dos fatos, o Ministério Público do Maranhão reafirma seu compromisso com o cumprimento da lei e a necessidade de transparência em todos os procedimentos relacionados à disputa pela terra.

Judiciário promove 14ª Semana da 'Justiça pela paz em casa'

O Poder Judiciário do Maranhão promove, entre os dias 19 e 23 de agosto, a 14ª Semana do Programa Nacional 'Justiça pela paz em casa'. O programa faz parte da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 254/2018.

Como forma de concentrar esforços para o julgamento de processos que envolvem o tema, a 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher realizará, durante a semana, 240 audiências, em 6 salas, com juízes, promotores, defensores públicos e advogados.

As datas relativas à semana do programa são predefinidas pelo CNJ anualmente, conforme a Resolução nº 254/2018. Em 2019, já foi realizada a 13ª edição do evento, entre os dias 11 e 15 de março. A 15ª Semana do Programa 'Justiça pela paz em casa' acontecerá de 25 a 29 de novembro, deste ano.

Fonte: MA 10

Delegado acusado de crime de tortura vai esperar julgamento em prisão domiciliar

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu Habeas Corpus, para que o delegado de Polícia Civil, Jean Charles da Silva Menezes espere o julgamento em prisão domiciliar.

O pedido teve como relator o desembargador Raimundo Melo, que ressaltou o fato do início do cumprimento da inicial do delegado está em conformidade com a legislação penal, afastando assim o alegado constrangimento ilegal, na manutenção da prisão, porém, entendeu ser o caso de se aplicar a possibilidade da prisão domiciliar ao paciente.

Melo falou sobre os documentos anexados a inicial, que dão conta do precário estado de saúde do paciente, tratando-se, segundo ele, de pessoa com obesidade mórbida, entre outros problemas de saúde acarretados por este, inclusive com pedra vesicular que não pode ser operada face o estado físico do paciente.

“A manutenção da saúde e, conseqüentemente, da dignidade humana e da própria vida, tratam-se de direitos líquidos e certos do paciente (acusado), inclusive, com respaldo constitucional em razão da proteção que a nossa Magna Carta confere aos direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade humana, e infelizmente os estabelecimentos prisionais não possuem capacidade para cumprir a pena de forma humanitária”, sustentou.

Melo trouxe ainda julgados de Cortes Internacionais, onde em casos semelhantes, reconheceu direito semelhante, a presos de maior periculosidade, como foi o notório caso do Supremo Tribunal de Justiça da Itália que concedeu a prisão domiciliar ao mafioso italiano Salvatorre Riina, vulgo Totto Riina (mesmo sendo considerado um dos mais sanguinários mafiosos da história da Itália) para que este morresse em dignidade, junto de seus familiares, haja vista as inúmeras doenças terminais a qual foi acometido o mafioso.

Na ocasião o STJ italiano estabeleceu que “O direito de morrer com dignidade tem que ser garantido para qualquer preso”, mesmo considerando o “calibre criminal” de “Riina”.

E ao seguir o paradigma italiano e dentro das implicações ao caso, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo concedeu prisão domiciliar ao Delegado Jean Charles da Silva Menezes, por um período de 06(seis) meses, oportunidade na qual deverá ser reavaliado acerca de seu estado de saúde ficando a manutenção do benefício limitada pelo resultado das avaliações médico-legais, decisão está acompanhada pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana.

ACUSAÇÃO - O delegado foi acusado de ter sido omissivo quando da tortura e morte de Sebastião Dias Salazar estava preso em decorrência da acusação de estupro de uma menor, crime ocorrido no ano de 2001, em Coroatá.

Segundo consta da inicial, o delegado estaria acometido de vários problemas de saúde, em decorrência do seu quadro de obesidade mórbida, estando, com mais de 200kg (duzentos quilos) fato que impossibilitaria inclusive

de tomar banho e de se limpar quando da realização de suas necessidades fisiológicas.

Fonte: ASCOM

MA: delegado acusado de tortura vai esperar julgamento em prisão domiciliar

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu habeas corpus, para que o delegado de Polícia Civil, Jean Charles da Silva Menezes espere o julgamento em prisão domiciliar.

O pedido teve como relator o desembargador Raimundo Melo, que ressaltou o fato do início do cumprimento da inicial do delegado está em conformidade com a legislação penal, afastando assim o alegado constrangimento ilegal, na manutenção da prisão, porém, entendeu ser o caso de se aplicar a possibilidade da prisão domiciliar ao paciente.

Melo falou sobre os documentos anexados a inicial, que dão conta do precário estado de saúde do paciente, tratando-se, segundo ele, de pessoa com obesidade mórbida, entre outros problemas de saúde acarretados por este, inclusive com pedra vesicular que não pode ser operada face o estado físico do paciente.

“A manutenção da saúde e, conseqüentemente, da dignidade humana e da própria vida, tratam-se de direitos líquidos e certos do paciente (acusado), inclusive, com respaldo constitucional em razão da proteção que a nossa Magna Carta confere aos direitos constitucionais à vida, à saúde e à dignidade humana, e infelizmente os estabelecimentos prisionais não possuem capacidade para cumprir a pena de forma humanitária”, sustentou.

Melo trouxe ainda julgados de Cortes Internacionais, onde em casos semelhantes, reconheceu direito semelhante, a presos de maior periculosidade, como foi o notório caso do Supremo Tribunal de Justiça da Itália que concedeu a prisão domiciliar ao mafioso italiano Salvatorre Riina, vulgo Totto Riina (mesmo sendo considerado um dos mais sanguinários mafiosos da história da Itália) para que este morresse em dignidade, junto de seus familiares, haja vista as inúmeras doenças terminais a qual foi acometido o mafioso.

Na ocasião o STJ italiano estabeleceu que “O direito de morrer com dignidade tem que ser garantido para qualquer preso”, mesmo considerando o “calibre criminal” de “Riina”.

E ao seguir o paradigma italiano e dentro das implicações ao caso, acompanhando o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, Melo concedeu prisão domiciliar ao Delegado Jean Charles da Silva Menezes, por um período de 06 meses, oportunidade na qual deverá ser reavaliado acerca de seu estado de saúde ficando a manutenção do benefício limitada pelo resultado das avaliações médico-legais, decisão está acompanhada pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana.

ACUSAÇÃO

O delegado foi acusado de ter sido omissor quando da tortura e morte de Sebastião Dias Salazar estava preso em decorrência da acusação de estupro de uma menor, crime ocorrido no ano de 2001, em Coroatá.

Segundo consta da inicial, o delegado estaria acometido de vários problemas de saúde, em decorrência do seu quadro de obesidade mórbida, estando, com mais de 200 kg fato que impossibilitaria inclusive de tomar banho e

de se limpar quando da realização de suas necessidades fisiológicas.

Informações TJMA